



CONAMP mobilizada pela aprovação dos subsídios

Pág. 02

CNMP

Atividade dos membros do MP possui risco inerente



Pág. 05

COMBATE À CORRUPÇÃO

Combate à corrupção é tema de debate na Câmara dos Deputados



Pág. 07

NOTAS

Debates sobre segurança pública é pauta institucional



Pág. 08

CONAMP mobilizada pela aprovação dos subsídios

Entidade mantém articulação em prol da recomposição inflacionária



A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), entidade de classe de âmbito nacional que representa mais de 16 (dezesseis) mil Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público dos Estados,

Militar e do Distrito Federal e Territórios, reuniu seu Conselho Deliberativo, no dia 13 de setembro, em razão da não votação dos requerimentos de urgência dos PLCs 27 e 28/2016 que tratam da recomposição dos subsídios na sessão plenária do Senado Federal ocorrida dia 08/09/16, para analisar as estratégias a serem adotadas a partir de agora.

A CONAMP, por meio de seu conselho deliberativo, continuará trabalhando intensamente em colaboração com as demais associações nacionais da Magistratura e do Ministério Público na FRENTAS

para que os projetos sejam aprovados no Senado Federal.

A CONAMP buscará fortalecer uma interlocução permanente com a nova Presidente do STF, com o PGR, e com os Procuradores-Gerais de Justiça para que se possa avançar positivamente sobre todos os aspectos que envolvem a aprovação dos projetos de lei.

Foi aprovado encaminhamento de pedido de estudo sobre a viabilidade de ajuizamento de futuro mandado de injunção para assegurar a recomposição salarial prevista na Constituição Federal de 1988.



A Conamp acompanha a tramitação da PEC 62/2015 desde o início e continuará empenhando esforços para o aprimoramento de seu texto, com a manutenção da simetria estabelecida constitucionalmente entre os membros da Magistratura e do Ministério Público.

A Conamp continuará trabalhando permanentemente pela aprovação do projeto de reposição dos subsídios do PGR e dos Ministros do STF e pela preservação das prerrogativas e direitos de seus associados, concomitantemente com o retorno do antigo adicional por tempo de serviço.



FRENTAS

Nota Pública em defesa das carreiras da magistratura e do Ministério Público



CONAMP publica nota em apoio aos membros do MP de São Paulo

Nota Pública

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), entidade de classe de âmbito nacional que representa mais de 16 (dezesesseis) mil Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público brasileiro, membros do Ministério Público dos Estados, Militar e do Distrito Federal e Territórios, reunida em seu Conselho Deliberativo, nesta data, vem a público, em razão da atuação de Procuradores da República, lotados na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF-SP, em típica atribuição do Ministério Público Estadual (controle externo da atividade policial e audiências de custódia de pessoas presas em manifestações contra o Presidente da República), manifestar seu APOIO aos Promotores e Procuradores de Justiça de São Paulo, à Associação Paulista do Ministério Público (APMP), e ao Ministério Público de São Paulo (MPSP), que sempre se mostraram protagonistas e atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e da sociedade civil, exercendo suas atribuições dentro dos limites constitucionais e legais.

A CONAMP continuará atenta à defesa das garantias, prerrogativas e atribuições legais e constitucionais de seus associados.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Presidente da CONAMP

CNMP reconhece que membros do Ministério Público exercem atividade de risco

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu nesta terça-feira (27) que a função exercida pelos membros do Ministério Público é uma atividade de risco. O relator foi o conselheiro Orlando Rochadel que, no Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49, votou favorável apenas ao reconhecimento do risco inerente. Votaram contrários os conselheiros Walter de Agra, Esdras Dantas e Leonardo Carvalho.

A segurança institucional dos membros do MP é tema de constante preocupação da CONAMP. Na sessão do dia 26 de julho deste ano, a presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, defendeu a ca-



racterização do exercício das funções do Ministério Público como atividade de risco. “Aqui eu luto pelo maior bem do Ministério Público – a vida dos membros do MP”, afirmou Norma durante a manifestação. **A presidente da CONAMP lembrou ainda casos emblemáticos de assassinatos de membros do MP em decorrência do exercício funcional.**

Em 2014 a CONAMP acompanhou a aprovação da Resolução nº 116 do CNMP, que estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do MP e familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função. Antes, a entidade já havia alertado o Conselho sobre a importância do tema e sugerido a criação de uma

comissão no âmbito do CNMP para analisar propostas com o intuito de garantir a segurança institucional dos membros do MP.

No dia 17 de fevereiro deste ano o conselheiro Orlando Rochadel participou da XXI reunião do conselho deliberativo da CONAMP e avisou que o CNMP retomaria a discussão sobre o reconhecimento da atividade de risco do Ministério Público e afirmou a necessidade das entidades participarem dos debates. **A CONAMP enviou ao conselheiro, no dia 29 de fevereiro, um estudo técnico em defesa da classificação administrativa da atividade de risco com argumentos e informações sobre membros ameaçados.**



Superior Tribunal Federal

CONAMP participa da posse da ministra Cármen Lúcia na presidência do STF



Superior Tribunal de Justiça

Ministros Laurita Vaz e Humberto Martins assumem o comando do STJ



Foto: Gustavo Lima SCO/STJ

Mauro Campbell Marques assume cargo de corregedor-geral de Justiça



Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público

Conselheiros tomam posse na Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público





COMBATE À CORRUPÇÃO

CONAMP participa de audiência sobre as dez medidas de combate à corrupção

O secretário-geral da CONAMP, Elísio Teixeira, participou nesta segunda-feira (05) de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre as chamadas “Dez medidas contra a corrupção”. O assunto tramita na forma do Projeto de Lei 4850/16 que está sendo analisado por uma comissão especial.

Elísio afirmou a importância da temática lembrando que o projeto de iniciativa popular das dez medidas recolheu mais de dois milhões de assinaturas em apenas nove meses. Ele destacou ainda a relevância da criminalização do enriquecimento ilícito: “a previsão não viola qualquer direito ou garantia”.

O promotor de Justiça disse ainda que é preciso rever as penas dos crimes de corrupção. Outro aspecto levantado foi o aperfeiçoamento do processo eleitoral com a criminalização da prática do caixa 2. Para ele, a alteração legislativa é essencial no combate e na prevenção da corrupção.

O secretário-geral da CONAMP apontou também a pertinência da decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu a execução provisória de sentença condenatória penal após esgotado o duplo grau de jurisdição. Conforme foi dito, a medida resolveria problemas enfrentados pela Justiça na tentativa de concluir os processos em prazos razoáveis. Ele salientou, no entanto, a necessidade da adoção da nova perspectiva na legislação brasileira.

O jurista Juarez Cirino dos Santos e o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Carlos Eduardo Sobral, também participaram da audiência.



A discussão legislativa é resultado da campanha “10 medidas contra a corrupção” do Ministério Público. A CONAMP apoiou e integrou a iniciativa que coletou mais de 2 milhões de assinaturas de cidadãos de todo o Brasil. **Todas as participações foram entregues em março ao parlamento, junto com as proposições legislativas.**

A CONAMP produziu ainda o **vídeo CORRUPOTOS #Não-Passarão**. A entidade também elaborou um estudo sobre a atual legislação brasileira e elencou uma **série de sugestões de aperfeiçoamento das normas que irão refletir positivamente no fim da impunidade e corrupção.**



Novos olhares

A atuação do Ministério Público pós Constituição de 1988 foi o tema de palestra realizada no dia 15 de setembro durante as celebrações da Semana do Ministério Público de Minas Gerais 2016. O assunto foi discutido pelo

procurador-geral da República (PGR) entre 1989 e 1995, Aristides Junqueira; pelo PGR de 2009 a 2013, Roberto Gurgel; e pela presidente CONAMP, Norma Cavalcanti.



Segurança Pública

Em setembro a CONAMP participou de intensas discussões sobre iniciativas de modernização do sistema de segurança pública, como o ciclo completo de polícia. Além de reunião com o ministro da Defesa, Raul Julgmann, a entidade também participou de

encontros com o **ministro da Justiça** e com o **secretário nacional de Segurança Pública**. A entidade esteve presente ainda nos debates temáticos do **10º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, realizado em Brasília.



Homenagem

A CONAMP e a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj) receberam homenagem da International Association of Prosecutors (IAP) pela realização da V Conferência Regional

da IAP para a América Latina em 2015. O evento foi organizado simultaneamente ao XXI Congresso Nacional do Ministério Público em outubro do ano passado.



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356